

## O estudo da civilização helenística. Conceitos, temas e tendências

José das Candeias SALES  
(Universidade Aberta)

A história da Época Helenística é ainda mal conhecida. Paradoxalmente, como salienta Paul Veyne, a sua civilização é a que mais merece ser conhecida e a que o é menos, o que, em última instância, significa uma enorme lacuna intelectual de base, por tudo aquilo que a civilização helenística constituiu e representou, não só no mundo antigo como até nas épocas e civilizações posteriores<sup>1</sup>.

Muitos estudiosos encararam-na depreciativamente como um momento menor da História, de clara perda e quebra dos valores e das qualidades clássicas, qual epílogo da civilização helénica, devido essencialmente ao contacto com as fortes tradições orientais. As concepções eurocêntricas, quando não mesmo nazis, e o estigma de «civilização de interacção» desenvolveram um *a priori* de estudo negativo e alimentaram um sentimento de inferioridade da civilização helenística, quase intransponíveis e, mais grave, inibidores de uma correcta aproximação científica.

De facto, a civilização helenística não comunga já, em sentido estrito, da civilização grega clássica, do século V a.C. («o século de Péricles»), da *pólis*, do «espírito cívico grego», do nacionalismo helénico e das instituições democráticas<sup>2</sup> e apresenta os novos e típicos federalismo (*simpoliteí*), cosmopolitismo, *isopolitia* e *oikoumené*<sup>3</sup>.

Tal visão historiográfica é, todavia, profundamente imerecida e deturpada, na medida em que, ao contrário do que essas teses «negativistas» advogam, a civilização helenística conserva, cultiva e difunde a civilização da Grécia arcaica e clássica, por um lado, e, por outro, mesmo integrando novos contributos orientais, perpetuou-se e subsistiu na civilização romana, que cronologicamente lhe sucedeu, estando, assim, na origem da actual civilização ocidental<sup>4</sup>. Como escreve Peter Green, «l'époque hellénistique a (...) plus à offrir aux lecteurs modernes que le simple charme du passé»<sup>5</sup>. Através de Roma, «c'est l'Europe tout entière, c'est donc chacun de nous qui a recueilli l'héritage de la civilisation hellénistique»<sup>6</sup>.

Outra vertente da historiografia exagerou os efeitos dos contactos entre os mundos ocidental e oriental e perspectivou a civilização da Época Helenística exclusivamente sob o prisma da fusão de culturas antagónicas (*mischkultur*). O Egipto «grego», por exemplo, prestou-se sempre, explícita ou implicitamente, a assimilações e comparações com as situações coloniais do mundo contemporâneo e levou muitos à transposição de modelos e à sua aplicação a contextos históricos e culturais bem distintos. Aquilo em que uns pecaram por defeito (*contra-mischkultur*), falharam outros por excesso (*pro-mischkultur*), devendo prudente e metodologicamente rejeitar-se ambos os extremos, evitar-se generalizações perigosas e abusivas e analisar-se cada situação de *per se*, no respeito pelas sua própria idiosincrasia, pela sua impressionante riqueza de criações específicas e pelas suas «maravilhosas potencialidades»<sup>7</sup>.

Do mesmo modo, deve rejeitar-se liminarmente a concepção simplista que a proclama como mera «época de transição», portanto inferior às outras, menos definida e característica, entre o esplendor da Atenas clássica do século V a.C. e a majestade da Roma imperial do século I a.C., ou, se quisermos, entre a civilização do Mediterrâneo Oriental e a do Mediterrâneo Ocidental, entre a civilização da bacia egeia e a oriunda da Península Itálica<sup>8</sup>. Significativamente, os três séculos de duração «contained even more remarkable personalities than the age that had gone before»<sup>9</sup>.

Como bem a definia John Ferguson, a idade helenística «é uma época que brota do passado e aponta para o futuro»<sup>10</sup>. No mesmo tom e posicionamento epistemológico, Pierre Lévêque concluiu: «as instituições helenísticas estão carregadas de futuro, tanto no plano dos factos, como no da ideologia»<sup>11</sup>. Esta classe de investigadores esforçou-se por «reabilitar» a Época Helenística e o seu estudo, procurando detectar os múltiplos vectores que nela convergem e que dela divergem.

Se há na civilização helenística continuidades e fidelidades em relação à tradição helénica, há também, realmente, inovações e o aparecimento de novos elementos virados para o presente e para o futuro. Se a difusão do grego, sob a forma da sua língua comum (*koiné*), a adopção das técnicas gregas (bancos, artesanato, comércio, escultura) e o desejo dos orientais de receber educação grega, motor de ascensão social, constituíram vectores essenciais da «helenização» do Oriente e do mundo antigo, o contacto directo com as antigas civilizações dos Persas, Babilónios e Egípcios, pelas suas antiguidade, mistério e espiritualidade, tornava os Gregos particularmente sensíveis a esses elementos e à aura, real ou imaginária, do seu prestígio.

Paulatinamente, assiste-se no vasto espaço geográfico helenizado, do Egipto à Pérsia, embora inevitavelmente de forma desigual, no tempo e em profundidade, à substituição do ideal clássico da democracia por um ideal de despotismo, praticado pelos novos monarcas. A devoção helénica à simplicidade e à moderação cedeu lugar à extravagância artística, à devoção ao luxo e aos exercícios e gostos desenfreados helenísticos. Se há indesmentíveis apelos à concórdia e ao ecumenismo, não são de olvidar as violentas tensões, os conflitos e os antagonismos, amiúde com forte e assumida expressão bélica.

A concorrência financeiro-comercial impiedosa e o desenvolvimento de avultados negócios da Época Helenística suplantaram o sistema económico ateniense de produção em pequena escala e sustentaram-se no funcionamento de uma economia monetária de ampla expressão geográfica e em volume de negócios. À sublime e ilimitada confiança no poder do espírito e da razão que enformava os pressupostos teóricos e os ensinamentos da grande maioria dos grandes filósofos clássicos sucedeu o cepticismo e o sacrifício da lógica à mística, iniciática e dogmática fé.

Em contraste com a independência, o particularismo e o isolacionismo das cidades da Hélade, eternos obstáculos à unidade grega, a civilização helenística é, como dissemos, cosmopolita, assente na vida urbana<sup>12</sup>, mas com traços novos: fomenta os laços diplomáticos, amplia o seu direito local, confere direitos aos estrangeiros (*isopolitia*), abrindo-lhes as suas associações e clubes, permite o direito de asilo a múltiplos templos. Não surpreende, assim, que as grandes cidades helenísticas (Pérgamo, Éfeso, Alexandria, Seleuceia, Antioquia, Estratoniceia, Laodiceia, Apameia, Cirene, etc.) apresentem um colorido mosaico de populações, com inúmeras cambiantes étnicas, culturais, artísticas, religiosas, etc.

A fundação de cidades, segundo um inédito modelo de urbanização (grandes metrópoles), tornou-se, aliás, uma actividade primordial dos reis deste período – tendo Alexandre, o Grande, dado o mote –, convencidos de que a única forma de cultura a promover e desenvolver só podia ser urbana (realidade que subsistiu até ao fim da Antiguidade)<sup>13</sup>.

A fundação de cidades à maneira grega (com as inevitáveis diferenças de reino para reino) constituiu o sinal visível do afã de estender a todo o império o paradigma grego como cultura de tipo uniforme. O papel das novas cidades «gregas» não é político, mas, principalmente, civilizador.

O mundo helenístico é igualmente um mundo de reis. É, com efeito, a organização monárquica pessoal e hereditária, fundada inicialmente sobre o direito de conquista («direito da lança»)<sup>14</sup>, e, também, cada vez mais, no direito divino (ex.: no Egipto), que vai marcar este

período. Os *basilika pragmata*, «negócios do rei», impõem-se como decisivos para a organização do Estado.

O absolutismo real é temperado por uma ideologia, celebrizada pela literatura e pela filosofia, que faz do soberano o benfeitor máximo, o evérgeta universal, que assegura pelo seu carisma (de que a moderação, a filantropia, a piedade e a justiça são vectores essenciais) a vida, o bem-estar e a felicidade dos povos<sup>15</sup>. A monarquia sobrepõe-se à cidade, mas esta permanece como o quadro de vida ideal<sup>16</sup>. A legitimidade dinástica substitui-se à antiga legitimidade democrática.

Nesta concepção intervêm, de uma forma por vezes claramente perceptível e imanente, noutras, porém, de maneira mais subliminar e transcendente, elementos cruzados resultantes das antigas tiranias aristocráticas, da monarquia macedónica e das antiquíssimas instituições e tradições reais orientais (por exemplo, faraónicas e aqueménidas).

Das peculiaridades intrínsecas das monarquias helenísticas deriva uma dimensão prospectiva que «moulded the future far ahead of their own times, since it was they, to a large extent, which supplied the models for the even more extensive Roman empire to come»<sup>17</sup>.

Por tudo isto, a Época Helenística é uma «entité historique»<sup>18</sup>: constitui realmente um período de civilização nova, procedente da grega, é certo, mas que sobrepuja, altera e valoriza em muitos aspectos. São, portanto, novas aquisições deste período uma considerável variedade de formas de administração e gestão, o desenvolvimento do militarismo e do mercenariato, o declínio do respeito pela democracia e uma tendência quase irreprimível para o regime totalitário.

O desenvolvimento dos grandes negócios, a expansão do comércio à escala internacional, com circuitos de cariz mundial, as técnicas e métodos de vender e transaccionar (o crédito, o banco, os câmbios, as hipotecas, a circulação monetária, a usura, etc.), a concorrência desapiedada entre os comerciantes, o zelo pela exploração e pela descoberta, o interesse pelos inventos mecânicos, a preocupação com o conforto e a obsessão pela prosperidade material, o desenvolvimento das metrópoles com áreas congestionadas de habitações insalubres e um vasto abismo entre abastados e miseráveis são também marcas intimamente associadas ao novo organismo económico e social nascido do encontro de elementos gregos e orientais.

No campo da intelectualidade e da arte, a civilização helenística mostrou também uma feição própria, singular, específica: intensa circulação de ideias e ideais, de cientistas, filósofos, poetas e artistas, alto valor atribuído à ciência, enorme especialização nos estudos, tendência para o naturalismo e para o realismo, abundância de uma literatura de qualidade medíocre e popularidade do misticismo em coexistência com o extremo cepticismo e a descrença dogmática. Aquilo que a cultura é como categoria existencial e como valor social no mundo ocidental hodierno adquiriu expressão na Época Helenística.

Adeptos das manifestações religiosas esotéricas e iniciáticas, de que os cultos a Dioniso, a Serápis e a Ísis são índices de primeira grandeza, em que se imiscuíam através da participação em sociedades mais ou menos interditas, os cidadãos urbanos do mundo helenístico afirmaram-se também pelas suas inovações e criações neste domínio.

Concordamos, por isso, inteiramente, com Rostovtseff quando afirmava que «(...) les Grecs de l'époque hellénistique se sont montrés fort actifs dans tous les secteurs de la vie, et ont été à l'origine de nombreuses innovations, quelquefois fondamentales, dans l'évolution politique, sociale, économique et culturelle du monde antique. Sous leur influence bénéfique, d'autres nations entreprirent de remodeler leurs propres institutions, et parvinrent ainsi à de brillants résultats dans de nombreux domaines»<sup>19</sup>.

O primeiro estudioso a perceber e a delimitar essa unidade foi, no século XIX, o alemão Johann Gustav Droysen (1808-1884) que, assim, lhe fixou os limites cronológicos (com que ainda hoje se trabalha: basicamente da morte de Alexandre Magno, ou seja, 323 a.C., até ao fim do reino independente dos Lágidas do Egipto, em 30 a.C.) e lhe deu mesmo o seu nome, *Hellenismus*<sup>20</sup>. Com efeito, a maioria dos autores modernos usa a designação «helenística» para qualificar a época e a civilização e aceita a cronologia proposta desde então, embora com significativas mutações no posicionamento epistemológico.

A civilização helenística estendeu-se por uma vasta área geográfica que englobava a Ásia (directamente até ao Irão e Afeganistão e, indirectamente, através dos monarcas greco-bactrianos, até ao Indo), a África (o Egipto pela acção dos Lágidas e Cartago por intermédio da Fenícia, do Egipto e da Sicília) e a Europa (Macedónia, Grécia continental e insular, bem como a Itália do Sul, com Roma e Massália).

O «mundo helenístico», aqui entendido como o espaço geográfico a que a conquista do Oriente realizada por Alexandre Magno deu nascimento, cobre, pois, uma extensão territorial inusitada até então. No entanto, em bom rigor histórico-cultural, a esses espaços integrantes do império de Alexandre deveríamos acrescentar ainda outras áreas que, pela sua estrutura e pela sua civilização, sendo estruturalmente «bárbaras», eram conjuntamente «helénicas» ou estavam «helenizadas», e que, por isso, no essencial, acabam por não se distinguir do resto do mundo helenístico, com ele constituindo até uma certa unidade. Estão nesse grupo, por exemplo, os Ilírios, os Trácios, os Citas, os Getas, os Celtas balcânicos, os Dácios, os Sarmácias, certos reinos ou cidades-estado independentes da Ásia Menor, o reino siciliano de Hierão II, o *Jovem* (306-215 a.C.), e o reino do Bósforo<sup>21</sup>.

Integrando de forma plena o espaço helenístico, o Egipto, a Mesopotâmia, a Síria e a Palestina e uma parte da Índia foram, então, helenizados. Os Greco-macedónios inundaram literalmente essas regiões de comerciantes, mercadores, médicos, intelectuais, artistas, aventureiros, viajantes e mercenários e, dessa forma, levaram consigo os usos, costumes e instituições gregas. Esta inserção de greco-macedónios no mundo oriental teve duas grandes consequências, diferentes mas complementares: a absorção de práticas e concepções distintas e a difusão do Ocidente e da sua civilização nessas paragens.

Se olharmos à enorme dilatação do mundo grego, em termos geográficos, à progressiva substituição do domínio da *pólis* democrática pelo regime monárquico, ao paulatino esbater ou, pelo menos, estremecer, das antigas barreiras entre Gregos e Bárbaros e aos constantes movimentos de aculturação e integração na órbita helénica de regiões e povos até então estranhos ao espírito grego, verdadeiros índices de um mundo em mudança, temos, então, que, efectivamente, alargar um pouco os tradicionais quadros cronológicos de referência para podermos captar e entender cabalmente toda a sequência de eventos da Época Helenística e suas consequências.

Assim, todo o período que se estende da Batalha de Queroneia (4 de Agosto de 338 a.C.) e consequente domínio da Grécia por Filipe II da Macedónia, até à vitória de Octávio na Batalha de Áccio (31 a.C.), passando pelo período das campanhas de Alexandre Magno (334-323 a.C.), com a sua entrada triunfal no Egipto, então sob domínio persa, em 332 a.C., e das guerras dos seus diádocos (323-306/305 a.C.), constitui uma época de encontros no mundo mediterrânico oriental, que necessita de ser encarada como um todo para se traçar um quadro actualizado, unificado e inteligível dos novos processos históricos que nela ocorreram e que, sob certos traços, foram legados aos vários reinos dos epígonos que se lhe seguiram.

«Época de encontros» significa, na acepção abrangente que lhe conferimos, um período marcado por choques, disputas e desafios resultantes dos contactos entre diferentes elementos, em múltiplos segmentos da vida colectiva e individual, oriundos de várias proveniências. Encontros e confrontos dentro da área helenizada e entre esta e outras zonas exógenas e culturalmente distintas<sup>22</sup>.

Naturalmente, não obstante alguma violência e brutalidade que lhe estão efectivamente associadas, constitui um momento marcante na evolução civilizacional humana e daquilo que o sociólogo francês Deveraux designou como aculturação, ou seja, um conjunto de fenómenos resultantes do contacto contínuo e directo entre grupos de indivíduos pertencentes a culturas diferentes e tendentes a transformações que afectam os modelos culturais originais de cada um ou de ambos os grupos em contacto.

Estamos longe de uma transculturação que provocasse a osmose de duas culturas num novo conjunto, independentemente do seu nível e grau<sup>23</sup>. A doutrina contemporânea prefere exprimir-se com os termos «justaposição» e «coexistência» das duas culturas e é sob esta (nova) postura epistemológica que estuda e analisa os diversos fenómenos históricos relativos ao mundo helenístico. Mais do que «linhas convergentes», prefere expressar-se através de «linhas paralelas».

Genericamente entendida, esta justaposição significa que o encontro entre as culturas ocidental e orientais não foi marcado nem pelo imperialismo ou colonialismo cultural descarado e frenético (em que uma cultura «superior» age intensa e exclusivamente para submergir uma civilização reputada inferior e a condena, a longo ou médio prazo, ao aniquilamento e ao desaparecimento), nem por uma manifesta e empenhada política de fusão (de absoluta abertura e permeabilidade mútua das culturas, produzindo uma cultura totalmente diferente e original).

Depositários de uma excepcional e multifacetada herança cultural, os tempos helenísticos trouxeram também novas perspectivas para antigos problemas e novas soluções para os mesmos desafios do passado. Se há dicotomias que separam e afastam os mundos grego e orientais, há também paralelismos incontornáveis (ex.: no culto real, no papel dos templos, na vivência religiosa, etc.). A coexistência destas tendências contraditórias e paradoxais é, em si mesma, uma marca distintiva da Época Helenística e demonstra a sua importância particular na história da Humanidade<sup>24</sup>.

Com o grego como língua de comunicação internacional, língua de ciência e cultura e língua de comércio, com os seus novos tipos e aspectos de organização e convivência, com as suas novas delimitações geográficas, com os seus novos ideais e costumes político-cultural-filosóficos de aproximação e harmonização dos homens, a civilização helenística apresenta, deveras, uma individualidade forte, distintiva, grandiosa, extremamente fecunda e original<sup>25</sup>, que lhe confere, no fundo, uma singularidade e unidade próprias, bem como o direito pleno – e a atracção – de ser estudada por si mesma.

As duas últimas décadas do século XX, designadamente, foram marcadas por uma renovada consideração e um múltiplo e aprofundado estudo da Época Helenística. Como testemunhos mais recentes e extremamente eloquentes deste renovado apelo de investigação e apreço pela Época e Civilização Helenística podem citar-se as grandes exposições realizadas em Itália, França, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos.

De 5 de Dezembro de 1995 a 21 de Julho de 1996, realizou-se em Roma, no Palazzo Ruspoli (com 172.047 visitantes), a dupla exposição *Alessandro Magno: storia e mito* (com 140 obras expostas) e *I Macedoni: I Greci del Nord* (com 395 obras). Esta exposição repetiu-se na Florida, no Florida International Museum, com 700.000 visitantes.

Também no Palazzo Ruspoli, de 22 de Setembro de 1997 a 30 de Abril de 1998, esteve patente ao público a exposição *Fayum: Misteriosi volti dall'Egitto* (mais de 200 retratos funerários), organizada em colaboração com The British Museum. Em Londres, precisamente no British Museum, esta exposição teve 80.000 visitantes, para os 175.651 com que contou na capital italiana.

De 12 de Outubro de 2000 a 25 de Fevereiro de 2001, o Palazzo Ruspoli voltou a insistir na Época Helenístico-ptolomaica, organizando em colaboração com The British Museum e com a National Gallery de Washington, a primeira exposição completa sobre a figura histórica de Cleópatra, intitulada *Cleopatra. Regina d'Egitto. Dalla storia al mito*, com cerca de 350 objectos expostos. A mesma exposição esteve depois patente, de 12 de Abril a 26 de Agosto de 2001, no British Museum (*Cleopatra of Egypt. From history to myth*)<sup>26</sup>.

Também em França, em Paris, no Musée du Petit Palais, teve lugar, de 7 de Maio a 26 de Julho de 1998, a exposição *La gloire d'Alexandrie*, sob a égide do Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros, do Ministério da Cultura Egípcio e da Câmara Municipal de Paris, e com o alto patrocínio de «France-Egypte. Horizons partagés»<sup>27</sup>. A exposição *Keizers aan de Nijl / Les empereurs du Nil*<sup>28</sup>, relativa ao Egipto romano (a partir das descrições dos papiros e das *ostracas*), com exibições de 250 peças provenientes de colecções europeias em Tongeren (Galo-Romeins Museum, de 25 de Setembro de 1999 a 6 de Fevereiro de 2000), em Valenciennes (Musée des Beaux-Arts, de 1 de Março a 12 de Junho de 2000), em Lyon (Musée de la Civilisation Gallo-Romaine, de Junho a Novembro de 2000) e em Amesterdão (Allard Pierson Museum, de 15 de Dezembro de 2000 a 12 de Março de 2001), insere-se na mesma lógica.

Nos últimos anos, tem havido, portanto, praticamente uma grande exposição por ano dedicada inteiramente a aspectos relevantes da história helenística, onde o Egipto ptolomaico e romano têm ocupado um lugar de particular destaque.

A estas grandes e recentes exposições, é justo, ainda, acrescentar a exibição itinerante *Cleopatra's Egypt. Age of Ptolemies*, realizada em 1988-1989, em Brooklyn (The Brooklyn Museum, de 7 de Outubro de 1988 a 2 de Janeiro de 1989), Detroit (The Detroit Institute of Arts, de 14 de Fevereiro a 30 de Abril de 1989) e Munique (Kunsthalle der Hypo-Kulturstiftung, em cooperação com o Staatliche Sammlung Ägyptischer Kunst, de 8 de Junho a 10 de Setembro de 1989)<sup>29</sup>.

Os catálogos das exposições acima referidas contam com a colaboração dos mais reputados especialistas no estudo da civilização helenística (helenistas, egiptólogos, papirólogos, ceramólogos, historiadores da arte, numismatas, arqueólogos, etc.) que nos seus artigos de enquadramento, de análise ou de comentário das obras-de-arte em causa vão dando conta da revisão de perspectivas e abordagens que vai sendo praticada no tratamento da época.

Objectivamente, as novidades trazidas ao público não especializado e aos estudiosos têm feito evoluir os pontos de vista histórico, arqueológico e cultural. Mais importante: têm redimensionado o peso e a importância da Época Helenística como um dos mais fecundos períodos da história humana.

## Notas

<sup>1</sup> Cf. Paul Veyne, «Avant-Propos» in Peter Green, *D'Alexandre à Actium. Du partage de l'empire au triomphe de Rome*, Paris, Éditions Robert Laffont S.A., 1997.

<sup>2</sup> Como afirma Charles Freeman, referindo-se ao mundo helenístico, «Inevitably, the atmosphere was very different from that of the age of the city states» (Charles Freeman, *Egypt, Greece and Rome. Civilizations of the ancient Mediterranean*, Oxford, Oxford University Press, 1996, p. 274), ou, como diz Henri van Effenterre: «A Cidade já não consegue mobilizar o interesse dos seus filhos» (Henri van Effenterre, *A Idade Grega. 550 a 270 a.C.*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1979, p. 241).

<sup>3</sup> A visão ecuménica e cosmopolita dos novos tempos é traduzida de forma lapidar na célebre máxima do cínico Diógenes: «*Sou um kosmopolites* ("cidadão do mundo)». Também o estóico Zenão perspectivava um mundo sem fronteiras nem estados, onde todos os cidadãos gozassem de igualdade e estivessem unidos por sua expressa vontade e por um forte sentimento de amor colectivo (Cf. Maria Daraki, Gilbert Romeyer-Dherbey, *El mundo helenístico: cínicos, estoicos y epicúreos*, Madrid, Ediciones Akal, 1996).

<sup>4</sup> Cf. Paul Veyne, *Ob.Cit.* A data de 212 d. C., quando o imperador romano Caracala (211-217) concedeu a todos os habitantes do Império a cidadania romana (*Constitutio Antoniniana*), assinalando, assim, juridicamente, a unificação da bacia mediterrânica, pode, neste contexto, ser entendida como o culminar das heranças grega e helenística.

<sup>5</sup> Peter Green, *D'Alexandre à Actium. Du partage de l'empire au triomphe de Rome*, Paris, Éditions Robert Laffont S.A., 1997, p. X.

<sup>6</sup> François Chamoux, *La civilisation hellénistique*, Paris, Les Éditions Arthaud, 1985, p. 421. Esta ênfase na importância da civilização helenística para a história da humanidade não é, efectivamente, despidianda. M. I. Rostovtseff reconhecia-o já, explicitamente, em Agosto de 1940, quando afirmava, ao iniciar o prefácio da sua obra, na frase de abertura: «Il n'est guère utile d'insister sur l'importance que revêt l'époque hellénistique dans l'histoire de l'humanité» (Michel Ivanovic Rostovtseff, *Histoire Economique et Sociale du Monde Hellénistique*, Paris, Robert Laffont, 1989, p. XXXI).

<sup>7</sup> Cf. Pierre Lévêque, *Empires et barbaries. IIe siècle avant J.-C. - Ier siècle après J.-C.*, Paris, Librairie Générale Française, 1996, p. 12; *Id.*, *O mundo helenístico*, Lisboa, Edições 70, 1987, p. 99; Paul Veyne, «Avant-propos» in P. Green, *Ob.Cit.* A designação «potentialités merveilleuses» é usada por Jean-Marie Bertrand para classificar o mundo helenístico (Cf. Jean-Marie Bertrand, *L'Hellénisme. 323-31 av. J.-C. Rois, cités et peuples*, Paris, Armand Colin, 1972, p. 15).

<sup>8</sup> Cf. Paul Petit e André Laronde, *La civilisation hellénistique*, Paris, P.U.F., 1966, p. 3.

<sup>9</sup> Michael Grant, *From Alexander to Cleopatra. The Hellenistic World*, London, Weidenfeld & Nicolson, 1982, p. XII. Vide também p. XIII.

<sup>10</sup> John Ferguson, *A herança do Helenismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, p. 7.

<sup>11</sup> P. Lévêque, *O mundo helenístico*, p. 57.

<sup>12</sup> A cidade era, na expressão de Claire Préaux, o «fleuron de l'hellénisme» (Claire Préaux, *Le monde hellénistique. La Grèce et l'Orient de la mort d'Alexandre à la conquête romaine de la Grèce (323-146 av. J.-C.)*, Tome Premier, Paris, PUF, 1978, p. 9).

<sup>13</sup> As novas fundações eram, de modo geral, cientificamente planeadas, de acordo com os princípios de Hipódamo de Mileto (século V a.C.): ruas orientadas nos sentidos oriente-ocidente e norte-sul, cruzando-se na perpendicular, de modo a formarem quadrados, onde eram construídos os edifícios públicos e as casas, segundo um modelo base que se repetia; a agora — centro social e mercado central — comunicava com a rua principal que se orientava de oriente para ocidente; as muralhas, circundando uma área considerável de terreno livre, asseguravam a pretendida defensibilidade e protecção (Cf. John Ferguson, *Ob. Cit.*, pp. 41 e 42).

<sup>14</sup> Por isso, os reis helenísticos são, antes de mais e sobretudo, chefes militares, sendo a função guerreira um referente fundamental da sua ideologia (Cf. Claire Préaux, «L'image du roi de l'époque hellénistique», in *Images of Man in Ancient and Medieval Thought*, Studia G. Verbeke, Symbolae Series A, 1, Lovaina, 1976, pp. 55-63).

<sup>15</sup> «Monarchie personnelle, patriarcale et paternaliste, la seule façon d'introduire un principe d'unité valable pour tous», na expressão feliz usada por P. Petit e A. Laronde para qualificar a

doutrina do monarca ideal (P. Petit e A. Laronde, *ob.cit.*, p. 7). Em relação a estas qualidades morais (*aretê*) do rei helenístico, nunca é de mais realçar que, mais tarde, serão as virtudes (*virtù*) cardinais dos imperadores romanos (Cf. *Ibid.*, p. 9).

<sup>16</sup> Cf. Michel Humbert, *Institutions politiques et sociales de l'Antiquité*, 6ª ed., Paris, Dalloz, 1997, p. 153.

<sup>17</sup> M. Grant, *Ob. Cit.*, p. XII.

<sup>18</sup> «Entité historique» é a terminologia usada por Claire Préaux para interrogar os vários fenómenos e as várias instituições da Época Helenística (Cf. C. Préaux, *Ob.Cit.*, p. 5).

<sup>19</sup> M. I. Rostovtseff, *Ob.Cit.*, p. XXXI.

<sup>20</sup> J. G. Droysen foi autor de várias e importantes obras de referência sobre esta temática: *Geschichte Alexanders des Grossen* (1833), *Geschichte der Diadochen* (1836), *Geschichteder Epigonen* (1842) e *Geschichte des Hellenismus* (1877), esta última fusão das três obras anteriores. O termo *Hellenismus* usado por Droysen resultou da interpretação do vocábulo «*helénistês*», usado na versão dos Setenta do livro de *Actos dos Apóstolos* (6,1) para qualificar a língua grega, eivada de hebraísmos, empregue pelos Judeus helenizados. A designação foi, assim, extrapolada para exprimir o fenómeno histórico, bem mais vasto, de encontro entre o mundo helénico e o mundo oriental, realizado durante e após as conquistas de Alexandre Magno. Anote-se, todavia, que o termo «helenístico» não está atestado em grego antigo. O autor do *II Livro dos Macabeus* (4, 13) emprega «*helénismos*» ao descrever a implantação do helenismo empreendida entre os Judeus pelo sumo-sacerdote Jasão. Vide M. Humbert, *ob.cit.*, pp. 156 e 158, e Mercedes Martín Hernández, «El Egipto tolemaico: estudios y estado de la cuestión» in *Tempvs. Revista de actualización científica*, nº 21, Enero, Madrid, 1999, pp. 5 e 6.

<sup>21</sup> Cf. M. I. Rostovtseff, *Ob.Cit.*, pp. XXXI, XXXII e 1262-1265; J. Ferguson, *Ob.Cit.*, pp. 181-187. Embora nunca tenham, de facto, integrado o chamado mundo helenístico, estas regiões e povos estavam, em maior ou menor grau, de forma mais estreita ou ténue, em graus diversos, sob a influência helenística.

<sup>22</sup> Arnaldo Momigliano destaca particularmente os encontros entre Greco-macedónios, Romanos, Judeus, Celtas e Persas ocorridos pela primeira vez no período helenístico. Neste contexto, refere que «a era helenística assistiu a um acontecimento intelectual de primeira categoria: a confrontação dos Gregos com quatro outras civilizações, três das quais [romana, judaica e celta] antes lhes tinham sido praticamente desconhecidas e uma [persa] fora conhecida sob condições muito diferentes» (Arnaldo Momigliano, *Os limites da Helenização. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991, p. 10).

<sup>23</sup> Cf. E. Van't Dack, «L'armée de terre lagide: reflet d'un monde multiculturel?» in *Life in a multicultural society: Egypt from Cambyses to Constantine and beyond*, Chicago, The Oriental Institute of the University of Chicago, 1992, p. 339.

<sup>24</sup> Cf. F. Chamoux, *Ob.Cit.*, pp. 419, 421; P. Petit, A. Laronde, *Ob.Cit.*, p. 3; M. Grant, *Ob.Cit.*, pp. XII, XIII, e P. Green, *Ob.Cit.* p. X.

<sup>25</sup> P. Petit e A. Laronde, defendendo esta visão, afirmam «On ne saurait nier l'originalité de la civilisation hellénistique» (P. Petit e A. Laronde, *Ob. Cit.*, p. 3).

<sup>26</sup> O catálogo desta exposição, *Cleopatra of Egypt. From history to myth*, editado por Susan Walker e Peter Higgs, Londres, The British Museum Press, 2001, é um extraordinário repositório do conjunto de peças (esculturas, moedas, jóias, terracotas, etc.) então expostas.

<sup>27</sup> O catálogo geral desta exposição, editado pelas Éditions des musées de la Ville de Paris e pela Association Française d'Action Artistique, recebeu o mesmo nome: *La gloire d'Alexandrie*, Paris, Paris-Musées, 1998.

<sup>28</sup> Harco Willems e Willy Clarysse da Universidade Católica de Lovaina assumiram a organização científica e a direcção do catálogo desta exposição: *Keizers aan de Nijl / Les empereurs du Nil*, Leuven, Peeters Publishers, 1999/2000.

<sup>29</sup> Também para esta exposição foi elaborado um catálogo, *Cleopatra's Egypt. Age of Ptolemies*, Brooklyn, The Brooklyn Museum, 1988, com 293 páginas, incluindo 37 fotografias a cor e 212 a preto e branco.